

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ECONOMIA

Portaria n.º 1209/2001

de 20 de Outubro

O Decreto-Lei n.º 132/2001, de 24 de Abril, veio regular a dupla indicação, em euros e em escudos, dos preços de venda de bens a retalho e de prestação de serviços, durante o período de 1 de Outubro de 2001 a 28 de Fevereiro de 2002.

O mesmo diploma contempla a possibilidade de ser dispensada, no todo ou em parte, a dupla indicação dos preços praticados por profissionais ou empresas e outras entidades em cuja actividade participam nove ou menos pessoas e dos preços referentes a bens ou serviços em relação aos quais tal indicação seja materialmente impraticável ou onerosa.

No âmbito do Governo foram criados mecanismos para sensibilizar e informar as empresas e os consumidores, dotando aquelas dos meios necessários para que possam veicular a informação correcta junto dos seus clientes, a decorrer mais intensificadamente no fim do 2.º semestre de 2001.

Considerando que a concretização da dupla afixação de preços de bens e serviços, por parte das empresas que os comercializam, se reveste de maior ou menor dificuldade, atendendo quer às especificidades dos sectores em causa, quer à heterogeneidade das empresas que neles operam;

Tendo em conta que as empresas de menor dimensão são aquelas que maior dificuldade terão em diluir os custos acrescidos que decorrem de dupla afixação de forma integral;

Atendendo que a dupla afixação deverá obedecer às regras existentes em matéria de conversão e arredondamento e que todos os agentes económicos devem tendencialmente fornecer o mesmo nível de informação aos consumidores e tendo em conta a declaração de boas práticas para incentivar a familiarização dos consumidores com o euro e facilitar a introdução das moedas e notas em euros em 2002, assinada pelos representantes dos consumidores e pelos representantes do comércio e das PME em 2 de Abril de 2001:

Assim, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 132/2001, de 24 de Abril:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, da Economia e Adjunto do Primeiro-Ministro, o seguinte:

1.º As empresas, pessoas singulares e colectivas, com até nove pessoas ao serviço ficam apenas obrigadas à dupla indicação de preços quando se aplique nos bens ou serviços com redução de preços, nos bens expostos nas montras e nos bens ou serviços cujos preços são expostos em tabelas e ou listas ao público.

2.º Por ser materialmente impraticável ou excessivamente onerosa, a dupla indicação de preços de venda será dispensada:

- a) Quando se trate de produtos etiquetados na origem/produtor, até 31 de Dezembro de 2001;
- b) Nas etiquetas de balança, sempre que emitidas no momento da venda;
- c) Quando a divulgação se faça por meios electrónicos de contagem, ou ainda na divulgação através de som na rádio ou na televisão;

- d) Quando se trate de bens que pela sua pequena dimensão não sejam etiquetados com preço ou que a pequena dimensão da etiqueta não comporte aquela indicação;
- e) Quando se trate de bens vendidos através de catálogos já impressos ou que estivessem em fase de impressão em 24 de Abril de 2001.

3.º Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, devem ser assegurados mecanismos ou dispositivos, tais como tabelas de correspondência de valores, que permitam aos clientes estabelecer a relação entre as duas referências monetárias.

4.º A dupla indicação de preços deverá dar relevo ao valor expresso em euros através de caracteres visíveis pela dimensão, cor, letra e ou outro meio apropriado, independentemente da posição relativa que ocupa.

5.º A partir de 1 de Janeiro de 2002, as situações contempladas no n.º 2.º estão abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 138/90, de 26 de Abril, designadamente na indicação do preço de venda em moeda portuguesa, o euro.

6.º A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2001.

Em 24 de Setembro de 2001.

O Ministro das Finanças, *Guilherme d'Oliveira Martins*. — Pelo Ministro da Economia, *Fernando Lopes Ribeiro Mendes*, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços. — O Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, *António José Martins Seguro*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ECONOMIA

Portaria n.º 1210/2001

de 20 de Outubro

Para efeitos de execução do Regulamento de Instalação, Funcionamento, Reparação e Alteração de Equipamentos sob Pressão, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 97/2000, de 25 de Maio, torna-se necessário estabelecer as taxas a cobrar pelas direcções regionais do Ministério da Economia (DRE), entidades intervenientes no âmbito daquele diploma.

Deste modo, importa fixar as importâncias das taxas a cobrar pela prestação dos serviços de autorização prévia da instalação, aprovação da instalação e autorização de funcionamento, renovação da autorização de funcionamento e de registo e averbamento de equipamentos sob pressão.

Nestes termos, e ao abrigo do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 97/2000, de 25 de Maio:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Economia, o seguinte:

1.º Para efeitos de pagamento de taxas, os equipamentos sob pressão (ESP) classificam-se nos seguintes grupos:

- a) Grupo I: ESP em que o produto $PS \times V$ é maior que 60 000 bar/l;
- b) Grupo II: ESP em que o produto $PS \times V$ é menor ou igual que 60 000 bar/l e maior que 30 000 bar/l;

- c) Grupo III: ESP em que o produto $PS \times V$ é menor ou igual que 30 000 bar/l e maior que 15 000 bar/l;
- d) Grupo IV: ESP em que o produto $PS \times V$ é menor ou igual que 15 000 bar/l.

2.º Na classificação estabelecida no número anterior, *PS* representa a pressão máxima admissível do ESP, em bars, e *V* a capacidade total do mesmo equipamento, em litros.

3.º É devido o pagamento de taxas pela prestação dos seguintes serviços relativos aos ESP:

- a) Autorização prévia da instalação:

Grupo I — EUR 174,58;
 Grupo II — EUR 99,76;
 Grupo III — EUR 74,82;
 Grupo IV — EUR 49,88;

- a') Sempre que, para um dado estabelecimento, sejam requeridas em simultâneo autorizações prévias de instalação de vários equipamentos sob pressão, constituindo um conjunto processual e funcionalmente interligado, a importância da taxa global a cobrar será determinada pelo somatório das taxas correspondentes aos cinco equipamentos, dos grupos cuja taxa é mais elevada, acrescido de 20% do valor da taxa aplicável a cada um dos restantes;

- b) Aprovação da instalação e autorização de funcionamento:

Grupo I — EUR 199,52;
 Grupo II — EUR 149,64;
 Grupo III — EUR 124,70;
 Grupo IV — EUR 99,76;

- c) Renovação da autorização de funcionamento:

Grupo I — EUR 124,70;
 Grupo II — EUR 99,76;
 Grupo III — EUR 74,82;
 Grupo IV — EUR 49,88;

- d) Registo e averbamento:

Registo com fornecimento da placa de registo — EUR 24,94;
 Averbamento de propriedade — EUR 4,99.

4.º As importâncias devidas serão pagas no acto dos pedidos efectuados pelos interessados nas instituições bancárias a indicar pelas DRE intervenientes, mediante guia a emitir por estas, pagamento electrónico, cheque ou vale postal emitido directamente à DRE competente.

5.º As taxas referidas nos números anteriores constituem receitas das direcções regionais do Ministério da Economia e serão objecto de actualização anual.

6.º O presente diploma entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Em 20 de Setembro de 2001.

O Ministro das Finanças, *Guilherme d'Oliveira Martins*. — O Ministro da Economia, *Luís Garcia Braga da Cruz*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Portaria n.º 1211/2001

de 20 de Outubro

Considerando que nos termos do III Acordo de Fundadores da Associação Música-Educação e Cultura se prevê a concessão do apoio financeiro pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade à Associação a partir do ano de 2001, sob a forma de prestações anuais, o que implica que o encargo se desenvolva por mais de um ano económico;

Considerando o período de quatro anos do apoio a conceder, por força do citado acordo:

Assim, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade, o seguinte:

1.º Fica o Instituto para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL) autorizado a despendar as verbas abaixo indicadas:

Ano 2001 — 23 904 102\$;
 Ano 2002 — 23 904 102\$;
 Ano 2003 — 23 904 102\$;
 Ano 2004 — 23 904 102\$.

2.º As importâncias referidas no número anterior serão corrigidas em cada ano, a partir de 2002, de acordo com o índice de inflação publicado pelo Instituto Nacional de Estatística relativamente ao ano anterior.

3.º A despesa em causa tem cabimento nas seguintes rubricas do orçamento do INATEL para o corrente ano:

Conta 612.6, «Clube Sénior» — 5 000 000\$;
 Conta 612.6, «D. F. S.» — 5 000 000\$;
 Conta 612.6, «D. A. C.» — 10 000 000\$;
 Conta 612.6, «Delegação Funchal» — 500 000\$;
 Conta 612.6, «Delegação Porto» — 2 100 000\$;
 Conta 612.6, «Delegação Coimbra» — 900 000\$;
 Conta 612.6, «Delegação Santarém» — 500 000\$.

4.º Nos anos seguintes a despesa será suportada pelas verbas adequadas a inscrever no orçamento de receitas do INATEL para esse efeito.

O Ministro das Finanças, *Guilherme d'Oliveira Martins*, em 25 de Setembro de 2001. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Paulo José Fernandes Pedroso*, em 26 de Julho de 2001.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL

Portaria n.º 1212/2001

de 20 de Outubro

O Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico do transporte de passageiros em autocarro, remete para portaria a regulamentação dos exames para obtenção do certificado de capacidade profissional.